



**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Bom dia especial ao jovem deputado Paulo Duarte, sempre sorridente. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, estado do Pantanal. Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lidas e aprovadas as Atas de número Doze da Décima Sessão Ordinária e Treze da Primeira Sessão Extraordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 479/2024, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ofício nº 534/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 29/2024, da Secretaria de Estado e Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 78320/23, da Câmara Municipal de Costa Rica; Ofício nº 23/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 556/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Cartas nºs 21, 28, 30, 31, 56 a 60, 76, 102, 113, 115, 132, 135, 141 e 145/2023, da Energisa de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Caravina, Pedro Kemp, Gerson Claro, Pedrossian Neto e Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Coronel David, Lia Nogueira, Junior Mochi e Zé Texeira. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária, para que fosse empossado o deputado Paulo Duarte, atendendo à convocação da presidência feita nos termos do disposto no artigo 78 do Regimento Interno, em vaga aberta nos termos do artigo 80, inciso II do Regimento Interno e combinado com o artigo 60, inciso V, da Constituição Estadual, decorrente da notificação do Tribunal Regional Eleitoral. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 292/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos envolvidos no resgate de uma mulher e seus três filhos, que sofriam constantes abusos, em uma fazenda no Pantanal do estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada aos policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), por socorrer vítimas de um acidente na MS-162; requerimento de moção de congratulação, de autoria do*

deputado Roberto Hashioka, endereçada ao cabo da Polícia Militar André Estevam Medeiros e ao soldado da Polícia Militar Rogério Lima da Silva, pelo reconhecimento ao resguardarem a vida de um jovem que recebeu uma descarga elétrica em Vicentina; requerimento de informações, de autoria do deputado Coronel David; indicações, de autoria dos deputados Marcio Fernandes, Coronel David, Caravina, Zé Teixeira, Lidio Lopes, Antonio Vaz, Zeca do PT e Roberto Hashioka. O senhor Presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pelo reitor da UEMS, professor Laércio Alves de Carvalho, para explicar acerca do evento Pantanal Tech. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de março do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de março de 2024: Ofício nº 205/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 040/2024); Ofício nº 49/2024, da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, solicitando o apoio da Casa para intervir junto ao governo federal para implementação de medidas emergenciais relacionadas ao financiamento agrícola, tais como Pronaf, Pronamp e FCO, operacionalizado por instituições financeiras públicas e privadas; Ofícios nºs 537, 538, 540 e 541/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados João César Mattogrosso e Lucas de Lima (Prot. nºs 2658, 6659, 2100, 6722/20230); Ofício nº 34/2024, da Câmara Municipal de Coxim, encaminhando indicação verbal, solicitando medidas para a captura de espécies de peixes Jaú, Caxara, Pintado e Pacu nas bacias dos rios Paraguai e Paraná, conforme acordado com os pescadores e a federação de pesca de Mato Grosso do Sul; Cartas nºs 55, 74 e 78/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares, Pedro Kemp e Junior Mochi (Prot. nº 5885, 6286, 6347/2023). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Senhor presidente, demais colegas parlamentares, assistentes, público presente e público que nos acompanha pela Rádio e TV Assembleia. Hoje eu trago no Pequeno Expediente uma única indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Willeman de Souza, solicitando que seja providenciado, por intermédio do Programa Pro Fertiliza/MS, o financiamento para o transporte de calcário, a fim de atender os produtores rurais no município de Itaquiraí,



visando com isso ao atendimento do programa e promoção de qualidade de vida aos agricultores da região. A justificativa ressalta que o município de Itaquiraí está investindo mais de quinhentos mil reais com recursos próprios, destinados à aquisição de calcário para a correção do solo da agricultura familiar local. O estado de Mato Grosso do Sul já dispõe de um programa efetivo denominado Pro Fertiliza MS, que visa custear o transporte de calcário para os agricultores beneficiados. Dessa forma, solicito o encaminhamento deste expediente ao secretário Jaime Verruck, propondo a inclusão de Itaquiraí no projeto Pro Fertiliza MS, atendendo assim à reivindicação do secretário municipal de Agricultura, senhor Ricardo Fávaro Júnior, conhecido como Ricardinho. Ele solicitou esse apoio, e estamos encaminhando essa indicação para que possa ser atendida dentro do programa já existente. Vale ressaltar que se trata de um programa significativo, que auxilia os municípios no transporte de calcário, considerando que, frequentemente, o custo do transporte é mais alto do que o do próprio produto. Então, o estado, por meio desse projeto, facilita e apoia especialmente os pequenos agricultores. Era só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados presentes na Sessão, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, pessoas que nos prestigiam com suas presenças aqui, imprensa e servidores da Casa. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para fazer cinco indicações. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Roberto de Barros Calixto, presidente da Concessionária de Rodovias Sul-Mato-Grossense (CCRMSVia), solicitando a implantação de redutor de velocidade ou lombada eletrônica no trecho da rodovia BR-163, em frente à vila Parque Novo Horizonte, no município de Sonora. O pleito encontra justificativa no anseio da população que encaminhou o pedido até nosso gabinete através do Ofício nº 01/2024, firmado pelos vereadores José Fábio dos Santos, Janssem Peixoto Barbosa, Francisco Deuzimar Lima e Laudir Abreu da Rosa Junior, da Câmara Municipal de Sonora, conforme documento anexo. Também, senhor presidente, indico ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, a reiteração da Indicação anterior protocolada sob nº 1.142/2023, e inclusão de emenda ao orçamento do estado para a elaboração do projeto de pavimentação asfáltica no trecho da rodovia MS-135, no trecho que liga Costa Rica à BR-359, na região conhecida como "Estreito". A proposição encontra justificativa no pedido da população que chegou através do Ofício nº 77/2024 anexo, encaminhado ao nosso gabinete pela vereadora Rosângela Marçal Paes, presidente da Câmara Municipal de Costa Rica. Também indico que seja encaminhado expediente deste Poder, após ouvido o colendo Plenário, ao senhor Hélio Queiroz Daher e ao senhor Laércio Alves de Carvalho, da Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando a possibilidade de implantação do curso de Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia na UEMS, no campus de Coxim. A presente demanda justifica-se no pedido da vereadora Adriana Nabhan, da Câmara Municipal de Coxim, conforme indicação anexa. Também, senhor presidente, indico que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando aumento do número do efetivo da



Polícia Militar, no município de Sonora, visto o aumento expressivo da criminalidade e a sensação de insegurança, assim relatados pelos vereadores do município de Sonora no ofício anexo. Por fim, indico que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, por cópias autônomas, solicitando a viabilidade de recursos da União para as obras e reforma geral no prédio onde se encontra instalado o Centro de Zoonoses, bem como para a construção de um centro cirúrgico veterinário no município de Dourados. A presente indicação chegou ao nosso gabinete por meio da Indicação nº 159/2024, aprovada na Câmara Municipal de Dourados, encaminhada pelo vereador Olavo Sul. Indico também, senhor presidente, à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, e ao senhor André Borges de Barros, diretor-presidente do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando que sejam realizados estudos urgentes no sentido de rever o Decreto nº 15.166, de 21 de fevereiro de 2019, que determina medidas máximas para a captura das espécies jaú, cachara, pintado e pacu nas bacias do rio Paraguai e Paraná, conforme acordado com os pescadores e a Federação de Pesca de Mato Grosso do Sul, em reunião realizada em novembro de 2023. O pleito chegou até nós por meio do Ofício nº 039/2024, de autoria dos vereadores Abílio Vanério, com o apoio dos vereadores William Meira e Marcinho de Souza, assinado também pelo vereador Ademir Peteca, presidente da Câmara Municipal de Coxim, conforme documento anexo. Era só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, caras deputadas, caros deputados, senhoras e senhores, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia e quem nos acompanha pela Rádio Alems. Primeiramente, eu gostaria de registrar as boas-vindas ao deputado Paulo Duarte, que representa pela quarta vez o importante município de Corumbá, região do Pantanal, aqui na Assembleia Legislativa. Deputado Paulo Duarte, é uma satisfação ter aqui a sua experiência, seu conhecimento como secretário de estado, auditor da receita estadual, parlamentar e prefeito. Como prefeitos, fomos colegas anteriormente. Parabéns e seja bem-sucedido neste novo mandato. Presidente, tenho uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, com cópias aos senhores deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a apresentação de uma proposta de emenda à constituição (PEC) alterando a redação do Parágrafo 4º do artigo nº 225, para que também conste o bioma do Pantanal Sul-Mato-Grossense como patrimônio nacional, conforme proposta de redação que apresento a seguir: "Parágrafo 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e o Pantanal Sul-Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais." A justificativa, senhor

presidente, visa alterar a redação do parágrafo 4º que menciona apenas o termo Pantanal mato-grossense. Recentemente, aprovamos aqui a lei do deputado Junior Mochi, estabelecendo Mato Grosso do Sul como o Estado do Pantanal. Temos dois terços do Pantanal aqui dentro de Mato Grosso do Sul. Nosso território e cultura estão intrinsecamente ligados ao Pantanal e, para o nosso povo, ele é de grande importância para o meio ambiente. O Pantanal é considerado pela Unesco patrimônio nacional da humanidade e reserva da biosfera. Consignar na Constituição a existência do Pantanal sul-mato-grossense é uma reparação histórica para o nosso estado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, presidente deputado Gerson Claro, demais colegas e todos que prestigiam esta Sessão. Desejo boas-vindas mais uma vez ao deputado Paulo Duarte, e tenho certeza de que ele estará sempre defendendo a sociedade de forma intransigente, como sempre foi a postura de Vossa Excelência. Tenho também certeza de que Mato Grosso do Sul, e de forma especial a região do Pantanal, as nossas queridas Corumbá e Ladário, já estavam e estarão muito bem representadas aqui conosco. Senhor presidente, quero encaminhar ao governo do estado, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a viabilização de estudo técnico para que, em parceria com o município de Campo Grande, seja realizada a duplicação da rua Jornalista Marcos Fernando Rodrigues, rua de acesso ou de ligação entre a avenida Ministro João Arinos e a Avenida do Poeta no Parque dos Poderes. Os colegas que queiram subscrever, está à disposição, pois a população ali, no momento de pico, acaba congestionando o trânsito. A segunda indicação é encaminhada à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando estudo de viabilidade para instalação de um semáforo na rotatória da avenida dos Cafezais com o cruzamento da rua do Patrocínio, bairro Campo Nobre. Encaminho também, senhor presidente, um projeto de lei instituindo o dia 18 de dezembro como o Dia da Doula. Esta é uma reivindicação desses profissionais que desempenham um trabalho importante no que diz respeito ao parto humanizado. Inclusive, o próprio neto do deputado Paulo Corrêa foi recepcionado por uma dessas profissionais em nossa cidade. Por último, senhor presidente, eu gostaria de registrar, com a aquiescência de Vossa Excelência, meus parabéns à postura do governador Eduardo Riedel, que de forma ágil, em resposta ao debate que ocorreu anteontem nesta Casa sobre o livro de autoria de Jefferson Tenório, intitulado "O Averso da Pele", demonstrou rápida reação. Como mencionei anteriormente, esse livro não deveria estar presente em nenhuma biblioteca universitária, muito menos em instituições frequentadas por crianças e adolescentes da rede pública de nosso estado. É algo verdadeiramente inadmissível, e lamento profundamente que um tema tão importante, que devemos combater com veemência - qualquer forma de discriminação, especialmente a racial - tenha sido tratado pelo autor de maneira que, na verdade, mais se assemelha a contos eróticos do que a um material didático apropriado. Nesse sentido, quero parabenizar o governador por agir prontamente para retirar esse livro de todas as escolas do estado de Mato Grosso do Sul. Isso não tem vínculo partidário ou credo religioso; é independente de religião. Recebi telefonemas de pessoas que não

participam de nenhuma religião, mas que não admitem uma terminologia tão chula, baixa e ruim em uma biblioteca. Parabenizo o governador Eduardo Riedel e também o secretário que me ligou ontem na hora da sessão que homenageava as mulheres sul-mato-grossenses. Ele me ligou para dizer, em primeira mão, que teve acesso ao conteúdo desse livro e achou um absurdo, pedindo a retirada. Fica aqui esse registro. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a substituição da fiação elétrica e do padrão de energia elétrica da Escola Estadual Padre José Scampini, em Campo Grande. Esta é uma reivindicação da comunidade escolar, que vem enfrentando dificuldades para utilizar alguns equipamentos na escola. A rede elétrica não suporta a tensão, impossibilitando a instalação de aparelhos de ar-condicionado e até mesmo a utilização de ventiladores. Com o calor dos últimos dias, quando os ventiladores são ligados nas salas de aula, a energia cai, comprometendo o funcionamento dos aparelhos, inclusive outros dispositivos de multimídia. E diante das altas temperaturas recentes, a situação vem se agravando, tornando impossível manter um ambiente de qualidade para os alunos, o que prejudica o processo de aprendizagem. Era isso que eu tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente deputado Gerson Claro e nobres pares! Saudações a todos que nos honram com sua presença neste Plenário e aos que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor Presidente, quero fazer duas indicações. Indico à Mesa Diretora, após ouvir o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando estudo de viabilidade para recuperação com serviço de recapeamento da BR-060, no trecho que dá acesso ao Comando da Aeronáutica (Cindacta II), situado no anel viário do KM 436, no município de Jaraguari. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam o trecho citado e sofrem com seu precário estado de conservação. Na segunda indicação, senhor presidente, indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de estado de Saúde, Maurício Simões Corrêa, solicitando estudos para recuperação, manutenção ou troca dos elevadores do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul "Rosa Pedrossian", no município de Campo Grande. A presente indicação encontra justificativa nas demandas apresentadas por servidores do referido hospital, considerando que, segundo relatos, os elevadores encontram-se em condições precárias, sendo que a manutenção destes é extremamente importante para garantir a segurança e o bom funcionamento desses equipamentos. A falta de manutenção nos elevadores pode gerar diversos problemas,

como o aumento do tempo de espera, falhas no funcionamento e maior consumo de energia elétrica. Além disso, eles proporcionam maior segurança aos usuários dos equipamentos. É o que eu tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Eu venho aqui hoje, às vésperas do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, apresentar um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo estadual a incluir em projetos de moradias populares a instalação de lavanderias comunitárias, visando à promoção da economia solidária e a autonomia das mulheres. A Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul decreta: Artigo 1º - O Poder Executivo estadual fica autorizado, através dos órgãos competentes, a incluir, na elaboração dos futuros projetos de moradias populares, a implementação de lavanderias comunitárias. Artigo 2º - As lavanderias comunitárias deverão ser projetadas de maneira a facilitar a gestão do tempo e promover a autonomia financeira das mulheres residentes. A instalação desses espaços deverá considerar aspectos de acessibilidade, segurança e adequação ao perfil e necessidades da comunidade local. As lavanderias comunitárias, após sua implantação, serão geridas pelos membros da comunidade através de uma associação de moradores ou entidade similar, com o objetivo de criar oportunidades de emprego e renda para os residentes, especialmente as mulheres; reinvestir os lucros obtidos na manutenção e melhoria dos próprios espaços e no desenvolvimento da comunidade; promover a integração social e o fortalecimento dos laços comunitários; aumentar o tempo disponível para que as pessoas incumbidas de lavar e passar roupas possam ter mais disponibilidade para se socializarem e viverem com dignidade. Artigo 3º - O Poder Executivo estadual deverá prover suporte técnico e administrativo para a implantação e gestão inicial desses espaços, incluindo: formação e capacitação para os residentes nas áreas de gestão e sustentabilidade de negócios voltados à economia solidária e criativa; e acompanhamento periódico para assegurar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos. Artigo 4º - O financiamento para a implantação das lavanderias comunitárias poderá ser proveniente de recursos específicos destinados para programas de habitação popular; parcerias com o setor privado e organizações não governamentais, bem como outras fontes de financiamento compatíveis com os objetivos deste projeto de lei. Este é um projeto de lei que estamos apresentando, também inspirado no programa do governo federal sobre as lavanderias. No ano passado, o Ministério das Mulheres destinou recursos para a implantação de lavanderias comunitárias. Estas têm como objetivo garantir a autonomia financeira para as mulheres, mas também provocar uma reflexão sobre a divisão do trabalho doméstico. Sabemos que o trabalho de cuidado com as pessoas é fundamental para o estado, pois toda a economia é gerada a partir das pessoas. E esse é um trabalho que as mulheres realizam de forma gratuita, e é importante refletir sobre a divisão desse trabalho. Este projeto visa facilitar essa divisão, bem como promover essa reflexão. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor Presidente, tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a retomada do Projeto Florestinha, no município de Dourados. Esse é um projeto muito importante. O Florestinha atendia mais de duzentas crianças e desempenhava um papel fundamental na educação ecológica, bem como na questão disciplinar. Muitas crianças desejavam participar do projeto, e ele está em *stand by*, então, precisamos retomar esse projeto a pedido da população, das mães e dos pais. Quando participamos de eventos na área de segurança pública e de meio ambiente, sabemos da importância de termos jovens que estejam sintonizados com o meio ambiente. Também, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor governador, Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização da pavimentação da rodovia MS-355, que liga o município de Terenos a Dois Irmãos do Buriti. Outra indicação, senhor presidente. Indico à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Adelino Justi, que faleceu no dia 5 de março de 2024. Eu também gostaria de me incluir como co-signatário na moção de pesar de autoria do deputado Roberto Hashioka aos familiares de Ademir Majestic, assessor do deputado e ex-assessor do meu saudoso pai; trabalharam juntos por muitos anos. O senhor Majestic foi uma pessoa muito conhecida no município de Ivinhema; iniciou seu trabalho no comércio e possui uma loja que leva o seu nome: a Majestic. Pela ordem, Senhor Presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Eu gostaria de solicitar a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 002/2024, que trata do evento da BPW, para que possamos organizar esse evento. A data está se aproximando e precisamos contar com o apoio dos nobres colegas deputados. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, daqui a pouco, no início da Ordem do Dia, faremos a consulta para incluir o projeto. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Jamilson Name: um projeto de lei (Prot. nº 00462/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 00082/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de pesar (Prot. nº 00478/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00482/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: sete indicações (Prot. nºs 00475/2024, 00476/2024, 00471/2024, 00468/2024, 00469/2024, 00473/2024); um requerimento (Prot. nº 00474/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00477/2024, 00470/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 00479/2024, 00480/2024); uma moção de pesar (Prot. nº



00481/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00463/2024, 00464/2024, 00465/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Antes porém, quero registrar e agradecer a presença do senhor Johnys Denis, presidente da Câmara Municipal de Bela Vista; dos senhores Jefferson Vieira, Marcus Lino e Oraldino Centurião Ferreira, vereadores do município de Bela Vista; e do senhor Celso Miranda (Bira), vereador do município de Ivinhema. Obrigado pela presença de todos. Sejam bem-vindos esta Casa de Leis. Pelo livro de inscrição no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer inversão com o deputado Junior Mochi no Grande Expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — sem revisão do orador — Muito obrigado, senhor presidente. Cumprimento Vossa Excelência, a Mesa e todos os parlamentares da Casa. Senhor Presidente, eu até pensei em deixar para tratar desse assunto de tamanha relevância na próxima semana, na terça-feira. No entanto, diante da importância e relevância do tema, fiz questão de abordá-lo nesta data. O que me traz hoje é um assunto que já abordei duas semanas atrás, e que foi objeto de uma indicação minha nesta Casa, a pedido da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul e da Aprosoja. E agora, senhor presidente, após a colheita de cerca de 60% da soja, temos números mais reais para apresentar e demonstrar a preocupação com esse assunto para Mato Grosso do Sul. Não se trata de um discurso de direita ou de esquerda; pelo contrário, é um discurso em defesa da economia de Mato Grosso do Sul. Ontem, senhor presidente, estive reunido com o presidente da Famasul, com o presidente da Aprosoja e toda a diretoria, discutindo a gravidade do problema para o estado do Mato Grosso do Sul. Ontem houve uma reunião virtual entre a Famasul, a Aprosoja, o governador do estado e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro; e é importante salientar isso. Saiu no jornal de hoje: "Crise na agricultura pode gerar quatorze bilhões de prejuízo em Mato Grosso do Sul". Quando se trata desse número, eu digo que ele é um pouco maior, porque temos uma quebra de safra estimada em dois milhões e quinhentas mil toneladas. Esse número, senhor presidente, representa quarenta e um milhões e meio de sacas, o que importa dizer que com esse número, isoladamente, teremos na quebra um prejuízo na ordem de quatro bilhões e seiscentos milhões de reais; isso só na quebra. Se considerarmos a diferença do valor, aproximadamente, sessenta reais a saca em relação ao ano anterior, teremos acrescido a esse valor (dos quatro bilhões de prejuízo pela quebra) mais doze bilhões e meio; o que perfaz algo em torno de dezesseis bilhões de reais. Isso significa dizer que é um assunto extremamente importante. Isso não afeta só a base da economia; afeta também a cadeia produtiva. Eu quis trazer aqui, senhor presidente, algumas reportagens na televisão, para que possamos justificar a gravidade do problema e para, no final, dizer o que aconteceu ontem na reunião, e os avanços que nós podemos ter, pelo menos com o ministro da Agricultura, para tentar minimizar esse problema que afeta não só Mato Grosso do Sul, mas Mato Grosso, Goiás e todos os estados que têm sua base da economia na atividade agropecuária. Eu queria que a nossa equipe técnica soltasse o vídeo. O último texto vai mostrar a gravidade do problema, porque ainda dá para ser maior. [Exibição de vídeo]. Eu coloquei os dois

vídeos apenas para dizer que as indústrias multinacionais de maquinário já manifestam preocupação, algumas já demonstram interesse de fechar. Das que atuam na fabricação de equipamentos no Brasil, a John Deere, maior fabricante de equipamentos agrícolas do mundo, que recebia no ano passado, em média, trinta pedidos por mês, agora está recebendo apenas dois ou três. Isso afeta diretamente não só os funcionários, mas toda a cadeia produtiva e todo o setor agropecuário, como a revenda da fabricação de insumos, de adubo, de combustível, de maquinário, de veículos, de caminhões, etc. Toda essa cadeia será afetada com esse problema na economia do país. Portanto, é importante que prestemos atenção a isso, pois Mato Grosso do Sul também sofre as consequências. Primeiramente, devido ao problema climático na redução da safra. Mas o maior problema em termos de volume é realmente a redução drástica do preço do produto. Considerando o custo de produção elevado do ano passado, enfrentaremos uma quebradeira, principalmente daqueles que são arrendatários, porque pagam, em média, treze, quatorze, quinze sacos de soja por hectare de renda. Muitos, especialmente na região de Sidrolândia, Maracaju e, no sul do estado, em Dourados, colheram de trinta a quarenta sacas; e isso não cobre o custo de produção. Portanto, esses produtores terão que recorrer à recuperação judicial. O assunto é tão importante que ontem o governador do estado participou de uma reunião virtual, acompanhado de representantes da Famasul, a pedido do senador Nelsinho Trad, com o ministro da Agricultura. Nessa reunião, o ministro se comprometeu a apresentar, em quinze dias, uma proposta de encaminhamento para tentar minimizar os impactos disso para os agricultores e pecuaristas de quatro setores: produtores de soja, produtores de milho, gado de corte e gado leiteiro, segundo a informação oficial que recebi da Famasul. De início, está prevista a prorrogação do custeio, da parcela de custeio que vence este ano, e também a prorrogação da parcela de investimento, ou seja, as parcelas dos financiamentos de investimento (que são o maior problema, porque esses produtores adquirem o maquinário em três, quatro ou cinco anos), nos financiamentos até três anos, serão prorrogadas para o ano subsequente ao vencimento da última; então, paga-se o juro para o vencimento da última. As parcelas com prazo superior a três anos terão o valor da parcela desse ano dividido em cinco parcelas anuais, pagando-se o juro correspondente. Paga-se o juro, atualiza-se e prorroga-se a parcela, no caso até três anos, e divide-se. Isso é um alento, e acredito que já ajuda, pelo menos no sentido de evitar que esses produtores quebrem agora, pois a situação é realmente extremamente delicada. É importante salientar uma coisa: nem todos os produtores são afetados, porque, felizmente, os eventos climáticos não atingiram todas as regiões do estado; e uma mesma lavoura, às vezes, do lado da outra, dependendo da época de plantio, foi atingida pelo evento climático, enquanto outra não. O que afetou, na verdade, foi a redução da produtividade média do estado, retirando cerca de quinze bilhões de reais de circulação na nossa economia, que estariam sendo injetados na aquisição de maquinário, no fornecimento e na recompra, isso porque esse produtor não terá condições financeiras para comprar adubo, fertilizante, semente e tudo que movimentaria a cadeia produtiva e a economia do nosso estado. Por isso, esse é um assunto tão relevante para Mato Grosso do Sul. Se considerarmos essa queda de valor e somarmos ao problema que está ocorrendo na agropecuária, veremos que no ano passado, nesse período, a arroba de vaca era vendida por duzentos e sessenta reais, e agora está em cento e noventa reais, resultando em uma diferença de setenta reais, com o custo de produção permanecendo o mesmo ou tendo aumentado; então percebemos que não estamos vivendo um bom momento na atividade agropecuária, que é a base da

economia de Mato Grosso do Sul, portanto, esta Casa precisa ter sensibilidade. Eu afirmo aqui que não é um momento de discussão ideológica, mas sim uma discussão em relação à economia do nosso estado, que enfrenta desafios. O último vídeo que eu apresentei mostrou as manifestações que estão ocorrendo na Europa. Em Bruxelas, no último dia 26, todos os ministros da agricultura se reuniram, e houve manifestações de agricultores de toda a Europa, pois não estão conseguindo cobrir o custo de produção, e a atividade está em um momento difícil naquele continente. A principal reivindicação deles é o rompimento do acordo bilateral com o Mercosul, especialmente com o Brasil, devido à exportação de commodities. Se já está difícil, pode piorar, e corremos o risco de perder um grande mercado, a comunidade europeia, principalmente para a nossa carne. Este é, portanto, um momento delicado que merece atenção e discussão, necessitando do apoio desta Casa Legislativa e do governo do estado, pois afeta a economia de Mato Grosso do Sul. Todos os produtores, desde os grandes até os pequenos, estão sendo impactados, afetando toda a cadeia, incluindo a bacia leiteira, que tradicionalmente é uma atividade desenvolvida nos assentamentos rurais. Por isso, venho mais uma vez enfatizar a importância desse assunto que já está em discussão há cerca de quinze dias. A Casa tem cumprido sua parte, com a indicação proposta ao governo do estado e aos parlamentares federais, e neste momento, eu gostaria de destacar que o senador Nelsinho Trad assumiu essa responsabilidade e solicitou uma audiência com o ministro. O ministro atendeu por videoconferência a Famasul, a Aprosoja e o governo do estado, comprometendo-se a apresentar, em quinze dias, após discussão no Ministério da Fazenda, uma proposta nos moldes que mencionei. Concedo a palavra ao ilustre deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Primeiramente, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento, que lança um olhar sobre uma crise que está crescendo em tamanho. É curioso como, após uma prosperidade magnífica nos últimos anos, na última década, as pessoas tendem a encarar esse tipo de pronunciamento como mera "choradeira" de um setor que estaria "chorando de barriga cheia", como se estivesse bem, com prosperidade, e agora estivesse reclamando por causa de uma pequena redução. Quero deixar claro para vocês que o problema é real, é grave; e vou reiterar: é um problema grave! Temos uma confluência de diversos fatores. O problema climático está afetando? Sim, está afetando. Qual é a dimensão desse problema climático? Hoje, produzimos quinze milhões de toneladas de soja, e a perspectiva é que seja reduzida para doze milhões e quinhentas mil, o que representa aproximadamente 20% de redução. Em alguns lugares, a queda foi de até 50%. No entanto, o maior problema, deputado Junior Mochi, não é o problema climático, não é o problema de produção, mas, principalmente o problema do preço. Quando se vê uma saca de soja por oitenta e oito a noventa reais, sendo que no passado chegava a duzentos reais, percebe-se que a rentabilidade da atividade está comprometida, pois os custos não diminuíram na mesma proporção dessa redução do preço das commodities. Portanto, muitas vezes não vale mais a pena produzir. Se olharmos para o preço do custo de produção, vemos o óleo diesel de seis reais o litro, ou a sete reais como já foi no passado; além disso, os adubos e todos os insumos têm valores muito expressivos. Muitos arrendatários prometiam uma quantidade muito elevada de sacas de soja para o proprietário, mas agora a maioria desses produtores enfrenta custos significativos e elevados, e o preço da commodity não viabiliza a atividade. Estamos enfrentando uma queda agora, que pode ser aumentada na próxima safra, pois muitos

estão tomando decisão de sair da atividade. Ontem eu participei de uma audiência virtual com o ministro Fávoro, e ele mencionou a possibilidade de o preço da soja cair ainda mais, pois ainda não atingiu seu piso histórico. Hoje ainda existe uma possibilidade de valorização da taxa de câmbio do Brasil, então o valor em reais pode cair ainda mais. O ministro mencionou três medidas: prorrogação do financiamento dos FCOS, onde o pagamento do principal é jogado para o final do contrato, com pagamento apenas dos juros em 2024; prorrogação dos custeios do Plano Safra; e concessão de um capital de giro para resolver problemas de fluxo de caixa, com dois anos de carência e cinco anos para pagar. Esse recurso viria de duas formas: em reais, com uma taxa de juros estimada em cerca de 8,0% a 8,4%; e em dólar, com uma taxa de juros menor, mas com o risco de variação cambial. O governador tomou a medida acertada, e a Famasul e a Acrissul estão cuidando disso. Porém, isso não resolverá o problema, porque é um problema de mercado. Os custos de produção precisam diminuir, e precisamos ter resiliência nesse momento, sob pena de perdermos essa atividade tão importante. Até surpreende a opinião pública, quando a gente diz que o sojicultor está quebrando, porque, no passado sempre houve uma prosperidade significativa no passado, por isso as pessoas mal acreditam que estamos enfrentando isso hoje.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Muito obrigado, deputado Predrossian Neto, pelo seu excelente aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. O que nós não consideramos ainda, é que em função do evento climático, o tempo para plantio da lavoura do milho safrinha, que é outra safra que nós temos, está atrasado. Muitos ainda não colheram a sua soja, e não têm mais tempo de plantar o milho. Com isso nós teremos, por consequência, uma grande redução no plantio do milho safrinha, acarretando mais prejuízo com a queda da produção do estado e do país. Consequentemente, nós teremos também uma redução em função dos preços, com o preço da commodity bem baixo. Então, infelizmente, nós estamos vivendo um momento delicado. Não é um momento apenas em que você trata do evento climático. Na verdade, como foi dito, o maior problema é justamente por ser uma questão de mercado mundial. Entretanto, o que chama a atenção saber como estão os produtores com relação a essa prorrogação da parcela de custeio que vence agora dia 30 de março. O que tem de importante nessa prorrogação que o governo federal determinou, principalmente aos bancos públicos de economia mista, que são sujeitos à legislação? Muitos produtores têm outros tipos de negócios com instituições internacionais, mas nesse caso, o que acontece é que as "trades" que compram o produto também firmam o contrato e têm que entregar; e pressionam nesse momento, porque sabem que o produtor tem que pagar a parcela dele, pois ele não quer ficar inadimplente. A prorrogação, pelo menos, dá um fôlego para ele esperar uma reação de mercado e vender melhor a sua safra. Essa é uma questão extremamente importante, porque só prorrogar por seis meses não resolve nada, pois ele não tem outra produção. O que resolve é ele não estar pressionado nesse momento, por conta do pagamento de dívida da instituição financeira, assim ele remunera com o juro adequado e, obviamente, tem um prazo e um fôlego para poder comercializar melhor a sua produção. Então, acho que são medidas importantes. Entendo também ser importante que tantas instituições representativas da categoria, como a Aprosoja e a Famasul, juntamente com o governo do estado tenham o aval do ministro da Agricultura. Essa discussão foi feita ontem, e nós teremos dentro de quinze dias um anúncio por parte do ministro, dizendo quais são essas medidas efetivas. O que foi dito ontem foi a possibilidade disso, mas é evidente

que há dependência de um acordo com o ministro da Fazenda; trata-se de dinheiro, e é claro que os recursos que serão utilizados para isso (parte deles) afetam de forma direta também os recursos públicos. Com a palavra, deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado pelo aparte, deputado Junior Mochi. Quero apenas elogiar o pronunciamento de Vossa Excelência e o aparte do deputado Pedrossian Neto, que com certeza enriquece os anais desta Casa ao abordar um assunto tão importante para a economia de Mato Grosso do Sul e do Brasil. E digo mais, deputado Junior Mochi, essa crise vivida no campo está afetando de forma bastante negativa outros setores da sociedade, principalmente o comércio. Há pouco, o deputado Roberto Hashioka dizia que um amigo dele, cujo filho tem um comércio na avenida Calógeras há onze anos, hoje não consegue ter o mínimo de vendas para manter o próprio negócio. Isso significa que ele vai se juntar a vários empresários do centro de Campo Grande que estão fechando as portas de seus estabelecimentos por conta dessa crise. A crise no campo, com certeza, deputado Junior Mochi, vai impactar ainda mais negativamente o já sombrio cenário enfrentado pelo comércio em nosso estado. Portanto, elogio muito a forma e a qualidade do seu pronunciamento, que traz para dentro desta Casa de Leis a abordagem de um assunto tão importante, e que merece uma tomada de posição por parte da Assembleia, assim como o acompanhamento das decisões e providências adotadas neste momento, para que possamos reverter esse quadro sombrio que traz muitas preocupações. Parabéns, deputado.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Muito obrigado, deputado Coronel David, pelo seu aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. E vou encerrar, apenas ressaltando a importância de todos nós termos essa preocupação, porque é uma preocupação realmente voltada para a base da economia, e que não afeta apenas os grandes, afeta todos. E quando você afeta a base da economia, que é o setor agropecuário, conseqüentemente, afeta toda a cadeia. O posto de gasolina vende menos porque gasta menos, o agricultor planta menos, o fabricante vende menos, a indústria fecha e demite, assim como o revendedor de máquinas também está demitindo. Existem empresas de revenda de máquinas que estão pedindo recuperação judicial. A cadeia não se limita apenas ao maquinário, inclui o adubo que é vendido, o agrônomo, o profissional que trabalha nas lavouras, enfim, é uma cadeia enorme que está se desestruturando. Quando você faz um cálculo como esse, é um cálculo direcionado ao prejuízo da lavoura, em si. Nós não estamos falando apenas do prejuízo decorrente desse problema, mas também do reflexo que isso gera em toda a economia do estado. Quando você faz um cálculo dessa queda, (e eu o fiz junto com a redução do preço na agropecuária) não consegue pagar os custos. Na atividade pecuária, hoje, você não consegue nem mesmo cobrir os custos para manter a atividade. Com isso, quando você soma, chega quase ao valor da arrecadação anual do estado. Nós aprovamos um orçamento aqui em que o estado prevê uma arrecadação de vinte e cinco milhões de reais, mas o prejuízo é de mais de vinte, somando apenas a soja e a atividade pecuária. Então, você vê o tamanho disso e o que isso significa para Mato Grosso do Sul. Se nós não tivermos essa consciência... Temos que discutir esse problema que logo estará batendo em nossas portas: o aumento do desemprego, a situação difícil, a redução de área de plantio, o endividamento e as ações de recuperação nos tribunais, na justiça. Essa é uma discussão que teremos que travar daqui para frente. Estamos apenas no

início. Cerca de 50% a 60% da lavoura já foi colhida, mas ainda há dificuldades, principalmente para o produtor que adquiriu maquinário; agora ele tem que plantar! Quando chegar agosto, ele vai ter que plantar, senão a situação ficará ainda pior. Teremos redução de área e muitos dos arrendatários, que investiram no agronegócio, certamente terão problemas financeiros e muitos deles abandonarão a atividade na qual apostaram os últimos três ou quatro anos. Enfim, é um problema que precisamos enfrentar. A Casa já está discutindo isso, já tem uma posição, o que é importante destacar, e é preciso reconhecer a rapidez com que esse tema está sendo tratado, e as soluções estão sendo buscadas. Portanto, é necessário também fazer esse reconhecimento. Espero que, em breve, tenhamos palavras mais otimistas para falar sobre o agronegócio. Mas, por enquanto, estamos enfrentando um momento crítico, e aqueles que estão na atividade, que investiram, precisam acreditar e depositar suas esperanças no apoio do Poder Legislativo estadual. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, pelo livro de inscrição, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de quatorze minutos.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, nobres colegas, público presente e ouvintes. O que me traz aqui hoje é a pauta da educação e das mulheres na educação. Vivenciamos no ano passado um debate intenso realizado neste Plenário sobre a situação das mulheres. Vou falar das mulheres porque esta semana estamos justamente discutindo sobre nós, mulheres. Na educação, as mulheres representam mais de 66% da categoria, portanto, quando falamos de educação, estamos nos dirigindo diretamente a elas. No ano passado, realizamos aqui um grande debate sobre a situação das professoras contratadas. Houve uma reivindicação das professoras contratadas quanto à equiparação salarial com as efetivas, devido a um processo de mudança que ocorreu em 2019. Nessa época, foi votado nesta Assembleia um projeto de lei que retirou as professoras contratadas do plano de cargos e carreiras e reduziu o salário das professoras. É importante relembrar um pouco dessa pauta histórica, pois a luta na área da educação se iniciou há muitas décadas. Aqui em Mato Grosso do Sul começamos a ter avanços na educação e na questão salarial na época da gestão Zeca do PT, que iniciou uma política salarial seguida posteriormente pelo ex-governador André Puccinelli. No entanto, quando chegamos na gestão Reinaldo Azambuja, tivemos um retrocesso principalmente com relação aos professores contratados. As professoras contratadas foram retiradas do processo do plano de cargos e carreiras e, naquele momento, havia um acordo e uma promessa de que elas passariam a receber durante os doze meses do ano. Isso acontece porque, no período anterior, no plano de cargos e carreiras, as professoras contratadas recebiam somente pelo período em que estavam em sala de aula; essa é a lógica do regime de contratação. No momento em que elas foram retiradas, foi um golpe muito grande contra os professores, e a gente chama isso de golpe, porque foi assim que a categoria entendeu, pois, a promessa era de que todos teriam salários todos os meses. E no ano passado retomamos o debate de que não seriam mais todos os meses. É bom se lembrar de que, no processo eleitoral, o governador Riedel, na época candidato, prometeu à categoria que iria equiparar o salário das professoras contratadas com as professoras efetivas, e no ano passado a gente fez aqui esse debate grandemente. Eu me lembro de estar naquele microfone alertando sobre os riscos de

não receber salário no mês de janeiro, pois as professoras voltariam a receber somente pelo período do ano escolar. Na semana passada, o governador apresentou uma nova planilha, com reajustes e novas vantagens para os contratados. Começamos a receber várias mensagens, denúncias e reclamações, e fomos tentar entender o que estava acontecendo. Nesta semana, continuei a conversar com várias professoras e a fazer estudos da tabela. O que nós constatamos é que o reajuste dado na semana passada, que era para aumentar o salário, na verdade o diminuiu. É importante lembrar que uma professora contratada continua tendo despesas, inclusive no mês de janeiro, como aluguel e comida para seus filhos, mesmo durante o período em que não está trabalhando. A vida das professoras contratadas é extremamente desvalorizada, pois nunca se sabe se terão emprego no próximo ano, quantas escolas terão, se conseguirão ter uma carga horária fechada, quantas aulas pegarão e qual será o salário no próximo ano. Esse é o cotidiano anual de todas as professoras contratadas, um processo bastante complicado. Nos últimos anos, com as mudanças no currículo escolar, essa instabilidade educacional também tem afetado as professoras efetivas, mas as contratadas sofrem ainda mais. No ano passado, como professora em sala de aula, precisei lecionar em vinte e uma salas de aula em três escolas diferentes. Minha vida era ir de uma escola para outra, sem vínculo com nenhuma delas, enfrentando dificuldades no trabalho. Normalmente, uma professora contratada tem muito mais do que três escolas e dificilmente consegue uma carga horária de quarenta horas. A vida de uma professora contratada é com uma carga horária de vinte horas e tendo que andar por três, quatro, cinco, seis escolas nessa correria para atender à educação, porque as mulheres que trabalham na educação têm compromisso com o processo educacional.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Permite-me um aparte, deputada?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Pois não.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Primeiramente, agradeço pela concessão do aparte; Vossa Excelência fala com muita propriedade. Ontem, por exemplo, estive entregando uma emenda parlamentar em uma das escolas aqui em Campo Grande e, antes de falar com a população, parabenizei a diretora. Houve uma reunião com toda a família, algo que a escola deixou de fazer ao longo do tempo, principalmente neste momento tão difícil que enfrentamos, com a violência e a crescente dependência química; e até meninas de doze anos engravidando, algo que, mais do que nunca, é uma comprovação efetiva da ausência da família. Em consonância com a direção, esse diálogo é essencial para acompanhar o desenvolvimento dos filhos, por isso fiquei muito feliz com a presença maciça dos pais nessa reunião. Antes de falar com todos os pais, é claro, estive com os professores. Nessa escola os professores convocados representam, praticamente, 85% do corpo docente. É verdade que tivemos avanços, prova inequívoca de que hoje os professores deste estado têm o maior salário do Brasil; são quase doze mil reais para quarenta horas/aula, para quem é efetivo; algo distante do segundo lugar, que é o estado do Pará, com oito mil reais para quarenta horas/aula. No entanto, ainda enfrentamos dificuldades com aqueles que possuem a mesma carga horária e formação, atuando sob o mesmo teto escolar com essa disparidade salarial. Avançamos, mas acredito que o governador Eduardo Riedel, sensível a essa questão, nos ajudará a alcançar o que todos almejamos: a isonomia

salarial. Eu fui professor convocado; a Rose lecionou por doze anos em Campo Grande na mesma condição. Minha mãe, aposentada há muito tempo, não teve acesso a concurso público naquela época; todos eram nomeados e, conseqüentemente, convocados. Ela se aposentou com um salário mínimo, portanto conhecemos bem as dificuldades enfrentadas pelos educadores no Brasil. Mato Grosso do Sul é uma referência, mas precisamos alcançar a equiparação salarial e uma infraestrutura administrativa valorizada. Assim, parablenizo Vossa Excelência por trazer novamente esse assunto à discussão. Como membros da mesma comissão, trabalharemos muito para alcançar esse objetivo, então, espero sinceramente que o governador Eduardo Riedel cumpra sua promessa de garantir a isonomia até o final de seu mandato. Parablenizo Vossa Excelência não apenas pelo pronunciamento, mas também pela luta incansável em defesa do servidor público, especialmente o servidor da educação. Como líder em Dourados, Vossa Excelência tem demonstrado um comprometimento inabalável com essa causa tão importante, e acredito que não mudaremos nosso estado e nem o Brasil se não priorizarmos a educação. Agradeço pela concessão do aparte, mesmo que um pouco longo.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Muito obrigada pelo aparte. É fundamental compreender, e acho que nós precisamos nos aprofundar bastante na pauta da educação. Um trabalho da professora Yasmine, de Três Lagoas, identificou que apenas 40% da categoria é efetiva. Então, nós precisamos entender realmente o que significa isso no contexto do estado e o que significa isso no contexto de investimento na educação. Eu queria retomar de novo as tabelas que foram apresentadas na semana passada, porque houve uma mudança. Tem dois problemas na tabela: um deles é que, quando a gente soma o ganho anual de uma professora graduada no ano passado; o que ela acumulou durante o ano, o quanto ela vai acumular este ano, mesmo com o reajuste dado agora na semana passada, o vencimento dela será menor. Ela diminuiu em 1% o salário, quando a gente faz a conta de somar e dividir por doze. Estou falando de 1%, mas estou falando de um valor sem considerar as férias, o décimo terceiro e outros vencimentos que são direitos da professora, também. Quando a gente olha para quem tem especialização — que no ano passado tinha um benefício a mais por ter estudado, e essa é uma valorização que nós sempre lutamos na educação — e depois olha para a tabela das professoras contratadas, em uma avaliação ainda muito superficial e com os dados que eu levantei — sem considerar o décimo terceiro e os vencimentos com base no salário — a professora perdeu mais de seiscentos reais mensais no salário; e uma professora mestra, uma professora doutora, teve um prejuízo de mais de oitocentos reais mensais no salário. Eu não estou falando ainda de todas as perdas, estou falando somente do salário-base e do salário que ela passou a receber. Esse é um debate que nós precisamos fazer, porque, como disse o deputado Professor Rinaldo, não se faz desenvolvimento de um estado sem investir na educação. E as professoras contratadas estão muito revoltadas, porque este ano também foi difícil para conquistar seus contratos. Esse cálculo que faço é considerando que ela inicia o trabalho desde o primeiro dia do ano escolar; algo que não aconteceu. Muitas professoras não conseguiram assinar o seu contrato imediatamente, então essa situação é mais grave do que esses dados que eu apresento aqui. Agora eu vou conceder a fala ao deputado Caravina; depois eu finalizo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência tem mais um minuto e cinquenta segundos.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bem rapidinho. Obrigado pelo aparte, deputada. Antes de entrar no assunto, só para contribuir com o questionamento da senhora, falando em educação, quero saudar nossa professora, política e baluarte do estado: nossa querida Marisa Serrano, a eterna senadora da República e professora também no assunto da educação, o que muito nos honra, sendo nossa presidente de honra do PSDB, presente nesta Sessão. Um grande abraço, é um prazer recebê-la aqui, Marisa Serrano. Deputada Gleice Jane, só quero contribuir, pois acompanhei essa questão do magistério, e esse programa que o governo vem realizando para melhorar, diminuir e até zerar essa diferença salarial entre servidores concursados e contratados; o que não é uma tarefa fácil. Graças a Deus e à dedicação de dois governos, começando no governo Reinaldo Azambuja, e agora com o governo Riedel, o salário dos professores concursados atingiu um nível bom e alto, sendo atualmente o maior salário do país, como mencionado pelo deputado Professor Rinaldo. Contudo, persiste essa diferença em relação ao salário dos contratados, que está sendo trabalhada ao longo do mandato, para diminuir, reconhecendo sua importância. Tudo isso foi discutido com a Fetems durante a alteração na lei. Com relação à diferença na tabela mencionada, devemos lembrar que foi regularizada uma situação que estava sendo conduzida de forma equivocada. Os funcionários contratados recebiam, por exemplo, em janeiro, com essa diferença; embora não estivessem em sala de aula nesse mês. Com a mudança na contratação a partir de fevereiro, surgiu essa questão do atraso, além de algumas questões pontuais que precisam ser investigadas. A contratação iniciada em fevereiro deixou o mês de janeiro de fora, o que influenciou no ganho efetivo dos professores, resultando em perda para alguns. Com relação às tabelas, foi um primeiro passo, pois havia uma classificação de valores para professores contratados, incluindo categorias como efetiva, doutorado e pós-graduação, similar às prerrogativas dos funcionários concursados. Houve uma conversa com a Fetems para criar um único nível para os contratados, gerando um reajuste para os graduados e um menor reajuste para os doutorados. O governo tem demonstrado comprometimento, como visto no reajuste de 10% no ano passado, e agora, com essa mudança, proporcionou um bom reajuste para os graduados. Então tenho certeza de que durante o mandato avançaremos nesse sentido. Agradeço pela oportunidade de contribuir com o debate. Obrigado.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Deputado, obrigada pelo aparte. Dizemos que é o maior salário do Brasil, mas precisamos lembrar que é o salário-base; não significa que é a maior remuneração. Ainda precisamos realizar estudos e avançar nessa discussão. Eu não saberia realmente fazer esse debate aqui, mas é importante ressaltar, deputado, que o reajuste dado ao graduado, quando retiramos o mês de janeiro e quase fevereiro inteiro, faz com que o salário, ao invés de aumentar, diminua mesmo para o graduado. O salário diminui em mais de 1%, quase duzentos reais mensais. Portanto, quero deixar dito isso, pois a conta que se faz é para o salário do mês, mas é importante lembrar que uma professora paga aluguel, se alimenta e sustenta seus filhos no mês de janeiro. O estado de Mato Grosso do Sul não paga férias para os professores, apenas abono de férias; não paga as férias em si. Portanto, deveriam, sim, ser pagas férias em janeiro. Acredito que há diversos debates que precisamos avançar aqui. Mas, para encerrar, pois meu tempo já se esgotou, eu gostaria de dizer que a

situação hoje apresentada para os contratados é cruel, e essa tabela que foi criada criou uma expectativa de ganho, mas, na verdade, para os professores houve diminuição e perdas. O governo precisa imediatamente acenar para os contratados e apresentar uma nova proposta. É necessário que o governo apresente um reajuste para essas pessoas, para aquelas que tiveram grandes perdas, como, por exemplo, uma professora com mestrado e doutorado, que poderá perder em torno de onze mil reais no ano. É preciso ter uma proposta que garanta que ela não tenha perdas e que haja avanços, porque não podemos investir na educação, fazer mestrado, doutorado, nos aprofundar e depois não sermos valorizados por uma política do governo. O governo precisa imediatamente rever essa tabela e garantir um reajuste que seja condizente com as necessidades da educação. E também precisa convocar os aprovados do concurso público, pois 60% da categoria não é efetiva no estado do Mato Grosso do Sul, o que é muito grave. Quando falamos que o salário do efetivo é o maior do Brasil, estamos nos referindo a apenas 40% da categoria, o que representa em torno de 10% a 15% da educação no estado. Isso é muito pouco para dizermos que o problema está resolvido, portanto, precisamos agir.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputada. Já extrapolou o tempo.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Essa pauta realmente me interessa muito, e vou voltar a debatê-la, deputado Caravina, porque ainda temos outras pautas aqui, como a municipalização da educação; e podemos nos aprofundar nessas discussões, pois teremos novas oportunidades. Eu queria encerrar dizendo que é importante que o governador e os colegas nos ajudem nesse debate, pedindo ao governador que apresente imediatamente uma proposta real e condizente com o valor que as professoras da educação básica, as professoras contratadas, merecem no estado de Mato Grosso do Sul. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Temos dois avisos importantes: na próxima terça-feira, às 8h, impreterivelmente — porque teremos sessão às 9h — haverá reunião no Plenário, com apresentação somente aos deputados, sem assessor, nem representante, com a equipe técnica previdenciária, para tratar do assunto dos 14% que se refere aos aposentados, com números e propostas do governo. Repito: presença exclusiva dos deputados, não pode haver representação. Em razão da Resolução nº 01/2024, suspendemos neste momento esta Sessão, para promover a entrega do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Cardeal Ángel Fernández Artime. Está suspensa a Sessão, para que possamos preparar o Plenário para a entrega do título ao cardeal, que é muito bem-vindo a esta Casa. O Cerimonial pode preparar (11h7min). Por indicação da Mesa Diretora, nós transferimos os projetos que estariam na Ordem do Dia de hoje para a próxima terça-feira. Queremos agradecer a todos mais uma vez. Agradecemos a presença do senhor Jovenildo Francisco, vereador do município de Costa Rica; do vereador Vilmar Luiz; do vereador Renan Barbosa, de Maracaju; do vereador Vanderson Cardoso, do município de Chapadão do Sul; do vereador Cleiton Silva, de Bataguassu, e do vereador Wilson Almeida, de Nova Andradina. Não havendo mais oradores inscritos, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Aguardamos todos na próxima terça-feira. Muito obrigado. Está encerrada a Sessão (11h57min).